

Árvore das Memórias: Lugares e saberes do sul¹

Pedro Pereira Leite – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra²
Rita Pais – VIDA – voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano³

Resumo

A oficina “árvore das memórias” que apresentamos como experiências no Congresso das Cidades educadoras parte da proposta de olhar os lugares do sul como um momento de encontro para reconhecimento da diversidade dos saberes e o reconhecimento do si, e integra as atividades de educação para o desenvolvimento da ONGD “VIDA” Voluntários Internacionais para o Desenvolvimento Africano”

A partir da constituição de círculos de memória e da aplicação da metodologia do sociodrama, com base no trabalho sobre a memória e a inovação social facilita-se um momento de aprendizagem com as experiências das comunidades do sul. Olhamos para as formas de ocupação do espaço, da organização da vida comunitária, da organização do trabalho e os diferentes tempos da vida. Abordamos questões como os problemas da água, da floresta, do acesso à saúde e educação, do exercício do mutualismo como um exercício do reconhecimento da diversidade dos saberes. Todas estas questões integram a discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovaram em Setembro de 2015, e que nesta oficina servem de catalisadores para o debate.

Palavras-chave:

Epistemologias do sul, Círculos de Memória, Árvores da Memória, Museologia Social, Sociodrama

¹ Intervenção Realizada no Congresso Internacional da Rede de Cidades Educadoras, Almada, 12 de novembro, 2015.(DOI: 10.13140/2.1.2407.6486)

² pedropereiraleite@ces.uc.pt

³ <http://planetavida.org/>

Introdução

Este trabalho integra-se no projecto de Pós-doutoramento Heranças Globais: a inclusão dos saberes das comunidades no desenvolvimento dos territórios”, que se encontra em curso no CES da Universidade de Coimbra⁴ e na parceria estabelecida com a ONGD VIDA⁵, que atuam nesta região.

Após a concretização dos trabalhos de pesquisa em Moçambique, no Brasil e na zona da Fronteira entre Portugal e Espanha foi criada a oficina “árvores das Memórias” para permitir a disseminação dos resultados alcançados simultaneamente que se procuram ligar novos pontos de conexão com outras comunidades para trabalhar sobre a relevância do trabalho sobre os processos de produção da memória social na comunidade como instrumento de emancipação e criação de inovação social. O projecto Heranças globais Memórias locais trabalha o saber da comunidade para alcançar novas formas para o seu uso a partir da reflexão e da ação dos protagonistas.



O espaço e a comunidade

Os trabalhos desenvolvem-se a partir da aldeia de Djabula, no distrito de Matutuíne/Bela Vista, na Região de Maputo em Moçambique. Matutuíne é uma região com cerca de 5.000 km², com cerca de 40.000 habitantes de acordo com os Censos de 2007, e localiza-se 60 km a sul de Maputo, a capital de Moçambique. Trata-se da região mais meridional do país, com fronteiras com a província Kwazulu-Natal na África do Sul e a oeste com a Suazilândia. A norte encontra-se a cidade de Maputo, com a sua região metropolitana que induzem fortes dinâmicas de transformação na região.

O distrito é atravessado pelos rios Maputo e Tembe, que desaguam na Baía de Maputo, a qual delimita o território a norte. As áreas apresentam um povoamento disperso, com uma densidade populacional de 6,9 habitantes/km², que se agregam em aldeias extensas ao longo de trilhos e nas margens dos dois rios. Nela se localiza a Reserva de Elefantes de Maputo, uma importante área de conservação da natureza, criada nos anos 40 do século XX, para salvaguardar uma linha de comunicação entre as manadas com Kwazulu, face aos procedimentos de colonização e desmatção que então se iniciavam nesta região. Após a Independência em 1975, Moçambique aderiu à Convenção de Ramsar, que tinha sido assinada em 1971, passando este parque a estar dependente dos princípios nela constante.

A população da região desenvolve uma pequena agricultura familiar e explora os recursos da floresta, sobretudo na produção de carvão. Maputo é o principal destino da produção. O carvão é recolhido na floresta através da limpeza e abate de árvores, é transformado em carvão em fornos familiares sendo, depois de ensacado, vendido ao longo dos trilhos. Há uma rede de compradores de carvão, organizados em camiões de caixa aberta, que recolhem os sacos e os transportam para as vendas em Maputo. As redes de vendas apresentam relações de solidariedade mecânica. Os produtos agrícolas excedentários, sobretudo mangas e amendoins são também transportados para a cidade. Um dos elementos de maior pressão na região situa-se no eixo da projectada estrada de ligação da catembe à ponta do ouro. A Ponta do Ouro, no

⁴ Projeto financiado pela FCT SHRH/BPD/76601/2011. Mais informações em http://www.ces.uc.pt/investigadores/index.php?action=bio&id_investigador=677

⁵ <http://www.vida.org.pt/>

extremo sul, é uma importante zona de desenvolvimento turístico, prevendo-se que a construção desta estrada faça aumentar a fluxo de turistas e a pressão para a ocupação dos territórios com maior vocação para as actividades e serviços de lazer.

O distrito está dividido em postos administrativos. Djabula é uma aldeia que pertence ao Posto Administrativo de Missavene, juntamente com Bela Vista, Madjuva, Salamanga e Tinonganine.

A paisagem é marcada pela presença dos rios. O regime de chuvas com uma precipitação irregular, alternando anos de seca, com estações muito pluviosas. A constituição dos solos, maioritariamente arenoso, com baixa capacidade de retenção de água, não permitem o desenvolvimento duma agricultura mais intensa fora dos leitos de aluvião dos rios. A zona integra-se Região Maputaland-Pondoland .



Em termos de povoamento, a região regista na memória local os movimento das populações Tembe nos finais do século XIX, que se deslocavam das zonas de influência Zulu, no sudeste africano. A língua usada pelos seus habitantes resulta duma influência Tsonga e Nguni. Os Nguni são povos guerreiros, criadores de gado, que ocuparam a região sudeste do continente. Por seu turno a língua Tsonga constitui um grupo linguístico complexo que é classificada na família Tswa-Ronga. Em Moçambique, têm diversas variantes. É por vezes conhecida como Changana ou Ronga. A tradição pecuária marca as práticas das comunidades em conjunto com a agricultura de pequenos produtos para consumo. São práticas que exigem territórios de pastagens relativamente extensos, e áreas agricultáveis de proximidade. A defesa das manadas, contra estranhos e contra os animais selvagens marcaram durante o final do século XIX as formas de relacionamento destas comunidades com o espaço.

Datam desta época os primeiros conflitos com os colonos europeus. A então cidade de Lourenço Marques, na baía de São Lourenço fora até essa altura um estabelecimento prisional, sem uma ocupação colonial de interior. As actividade de mineração no Transval e terras de Orange, na África do Sul, tornam esta baía o espaço natural para escoamento de mercadorias. Após alguns anos de disputas com os ingleses, em 1875 estes territórios ficam sob a jurisdição portuguesa. Consideradas como terras inóspitas e perigosas para o homem branco, a região permanecerá sem uma colonização intensa até aos anos de 1930. A partir dessa altura a colonização intensifica-se e aumenta a pressão para ocupações das áreas mais férteis para usos agrícolas. Simultaneamente intensifica-se a exploração das madeiras da floresta e a prática das caçadas. Entre os anos 30 e 50 o desmatamento e a ocupação de terra deram origem a várias reservas indígenas, onde os colonos concentravam as comunidades locais.



Um elemento particularmente significativo desta época encontra-se no Museu de História Natural. Trata-se duma colecção de fetos de elefantes, onde se apresenta a evolução do feto ao longo de 24 meses de gestação. Importante testemunho para a ciência, estes objectos são testemunho duma tragédia ecológica “pela matança generalizada de elefantes ao longo dos anos 50. As caçadas dos colonos, para além do divertimento gratuito, procuravam eliminar a presença de animais “selvagens”, em particular das manadas de elefantes, que com a sua presença impediam o aproveitamento agrícola dos solos de aluvião. O saldo da colonização foi violento,

produzindo uma desflorestação acentuada, uma reorganização do uso do solo e a movimentação de populações contra a sua vontade.

Estes processos estão presentes na memória dos habitantes locais. Durante a nossa estada tivemos oportunidade de recolher alguns depoimentos através de diversas narrativas que recolhemos onde estas questões são abordadas. Mas antes de descrever o nosso processo de trabalho e os seus resultados, importa abordar a génese do centro comunitário de Djabula.

Djabula é uma aldeia situada, no distrito de Matutuíne, na estrada que liga Boane a Bela Vista.

Em 1992 o régulo de Matutuíne concessionou as terras a uma pequena ONG portuguesa VIDA (Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano), que havia trabalhado em Massaca no apoio ao ensino primário, para instalar um projecto de Desenvolvimento Comunitário. O lugar era ermo, no meio da floresta. Aí optou-se por instalar um Centro Comunitário. A oferta do uso da terra foi para concretizar essa ideia. Na cerimónia oficial da cedência do espaço foi feito um compromisso falado. A ONG comprometeu-se a ficar no local durante o tempo que fosse necessário para dar um uso adequado à terra.



Esta cerimónia criou uma relação afetiva com a comunidade da aldeia, que vivia dispersa no mato. No início foi necessário construir uma estrada. Havia apenas uma picada, um caminho de trilhado a pé criado pela população local. A abertura duma estrada, com cerca de trinta quilómetros de extensão permitiu a acessibilidade ao local do centro. Com a acessibilidade foi possível fazer chegar materiais de construção para criar um Centro Comunitário.

A ideia inicial do centro foi de desenvolver um trabalho de apoio à comunidade para a geração de rendimentos. Os poucos habitantes de Djabula (cerca de 150 famílias) viviam exclusivamente da venda de carvão, obtido no desbaste da floresta, e que produzem em pequenos fornos artesanais. Alguns tinham pequenas hortas junto das habitação e criavam pequenos animais domésticos. Era uma população escassa e com várias ligações à Suazilândia, para onde os homens partiam para a criação de gado.

As primeiras ideias de desenvolver a agricultura para abastecer o mercado em Catembe e daí chegar a Maputo, não resultaram. Rapidamente ficou claro que a agricultura era uma actividade marginal. Tão marginal quanto a área. O tipo de solos e a dificuldade em captar águas foram dois dos principais problemas que emergiram dessa experiencia. A principal vocação de Matutuíne era a pecuária e não a agricultura. Uma observação mais atenta e um melhor entrosamento com as populações locais fizeram entender que, fora das margens de aluvião dos rios, não havia condições para a agricultura.

Paralelamente aos projectos de apoios à geração de rendimentos, desenvolviam-se diversos projetos de desenvolvimento integrado. Foram feitas intervenções na melhoria das condições de 60 habitações e construção de poços. Foram ainda realizadas diversas ações de educação para a saúde. Os cuidados de saúde primários, a saúde materno infantil, os cuidados com o consumo de águas salobras, campanhas de prevenção de HIV/SIDA. Como o objectivo da intervenção foi o de criar uma autonomia na comunidade, o Centro Comunitário foi concebido para ser um centro das actividades da comunidade. Por isso deveria ser desenvolvida a sua autonomia e sustentabilidade. Foi, assim, estimulada a criação duma associação de desenvolvimento local,

através da participação da comunidade, que tem como objectivo fazer, no futuro, a gestão do centro, ao mesmo tempo que, actualmente, com o apoio da ONG, procura assegurar a sustentabilidade do centro pela criação de renda.

No centro pensam-se e são aplicados e testados os projectos. Com apoio nos programas de cooperação internacional de ajuda ao desenvolvimento, cujos maiores dadores são a comissão europeia, a cooperação espanhola e portuguesa, apresentam-se projectos, que normalmente têm uma duração de dois anos a partir dos quais se procura criar dinâmicas próprias que sejam sustentáveis. Por exemplo, um dos projectos foi a capacitar mulheres para obtenção de rendimentos alternativos ou complementares das actividades agrícolas. Desse projecto resultou a criação duma associação de artesanato com uma marca própria (a marca Djabula).



A associação de artesanato produz Batiques e outros trabalhos de tecelagem e costura. Foram instaladas cinco máquinas de costura e capacitou-se várias mulheres. Foram criados cinco grupos de trabalho, todos voltados para a atividade do artesanato, através da transformação de materiais locais. Com o projecto procura-se criar condições de financiamento para o investimento inicial, devendo, no final do projecto, a associação ganhar a sua autonomia através da venda dos produtos que fabrica. No caso do grupo dos Batique, por exemplo, foi necessário fazer painéis para os tingimentos. Foi necessário dinheiro para comprar as matérias-primas que não se encontravam no local. O projecto permitiu financiar os investimentos necessários. Através da venda dos produtos em Maputo, as receitas revertiam para a Associação, que as deve aplicar na compra de mais materiais. Actualmente no Centro existe uma sala de costura onde estão instaladas as máquinas de coser. O trabalho é remunerado de forma associativa em função do número de horas de trabalho de cada costureira.

O artesanato tem um grande problema que é a sua sustentabilidade. A associação gere o rendimento criado por esta actividade e as costureiras só trabalham quando há encomendas. Há alguma procura, mas não se consegue vender nesses mercados sem um sistema de comercialização a funcionar. Para criar esse sistema de comercialização é necessária uma maior diversidade de produção. O sucesso do artesanato está muito ligado à sua comercialização. A ONG deu apoio à comercialização dos produtos em Maputo, através da exploração de contactos comerciais nas lojas e feiras tanto locais como internacionais. Mas são ainda poucas as oportunidades de venda.

O trabalho no terreno na ajuda ao desenvolvimento é um trabalho lento e com resultados demorados. A Associação do Centro Comunitário de Djabula passou, a partir de 2010 a ter uma maior responsabilidade na gestão da sua infra-estrutura e na partilha dos rendimentos. A comunidade tem uma palavra a dizer na distribuição dos rendimentos. Por exemplo, no último ano houve vários casamentos e funerais em que a comunidade decidiu contribuir. Ao despendar essas verbas há uma menor capacidade de comprar matérias-primas para a Feira de Artesanato em Maputo, onde se costumam fazer boas vendas e contactos.

A sustentabilidade do centro, entre 2010 e 2012 foi parcialmente assegurada através da sua manada de bovinos, que serviu de banco social. Através da venda das cabeças de gado excedentárias torna-se possível pagar as despesas correntes - os pastores, a alimentação das famílias e criar ainda um pequeno fundo para investimento nas outras actividades. A compra da manada resultou também de um projecto onde foram adquiridas cinquenta cabeças para

reprodução com o objectivo de introduzir o fomento pecuário. A venda é exclusiva dos novilhos e faz-se quando estes estão em idade de desmame. No entanto um roubo de várias dezenas de cabeças de gado e seu abate no ano de 2013 fez regressar este projecto ao seu início. tornou vulnerável a dinâmica e proveitos que permitem a manutenção e funcionamento do Centro.

O sucesso deste projecto de economia solidária, sobretudo a sua capacidade de organização e recursos que criou, tornou possível que a partir do ano de 2015 se instale no Centro Comunitário de Djabula uma escola Profissional, o que assegura a manutenção do centro por parte da sua associação.

Entretanto, a ONG vida tem procurado apostar no desenvolvimento do trabalho associativo expandindo a experiência desta associação no distrito. Actualmente discute-se, sobre as questões do trabalho com as comunidades em África, se os apoios se devem concentrar nos processos associativos ou nos chamados “inovadores” em cada comunidade. Esta é uma opção importante pois conduz a práticas e resultados diferenciados. Embora valorizando e apostando na carga impulsionadora que têm os inovadores em cada comunidade, a organização VIDA procura valorizar os processos participativos da comunidade e uma distribuição de rendimentos mais equitativa.

Os defensores do investimento nos chamados atores privilegiados, concentrando o investimento da ajuda ao desenvolvimento em novas dinâmicas, procuram potenciar o efeito multiplicador do investimento. Nestes casos há uma menor participação das comunidades e uma menor distribuição dos benefícios. O trabalho com as associações como meio privilegiado de intervenção na comunidade implica que se tome em atenção o trabalho da organização interna do grupo associativo, que se treinem capacidades de comunicação e reivindicação. Na ajuda ao desenvolvimento tudo passa pela proposta e pela execução de projectos. Tudo está referenciado às ações que se desenvolvem no tempo e implica um controlo das diferentes actividades para monitorizar os seus resultados.



Atualmente a ONG VIDA assume como prioritária a intervenção no apoio às associações de agricultores. Para esse trabalho a sua experiência no Centro Comunitário de Djabula é uma importante mais-valia pelo exemplo de organização que esta Associação dispõe. A assembleia constituinte decorreu em Abril, prevendo-se a eleição da sua direcção ainda durante o corrente ano.

A relevância do trabalho associativo permite verificar que, ao longo destes anos, os seus membros dominam os mecanismos da vida associativa, de organização de reuniões, de conceção de projetos. É muito interessante olhar para os seus membros e verificar que dispõem de capacidade de argumentação e reivindicação em situação de negociação social.

O projecto árvore das memórias

A relevância do associativismo no desenvolvimento de atividades mutualistas advém da possibilidade de dar e usar a palavra. Estes pressupostos levaram-nos a propor desenvolver nesta comunidade um processo de investigação-ação com base no uso do discurso como instrumento de construção de narrativas com base na memória coletiva da comunidade.

Procurando tornar a comunidade agente ativo do seu desenvolvimento, o projeto “Árvore da Memória” parte da cartografia da memória da comunidade para ativar a sua inclusão no processo de construção do futuro.

A “Árvore das memórias” é um projecto que procura propor um processo de consciência dos problemas, da relevância das opções e modos de resolução. Propomos um processo de criação coletiva, que parte da identificação das memórias individuais para tomar consciência da memória coletiva. A consciência da memória coletiva constitui o ponto de partida da organização da vontade de agir. O centro comunitário de Djabula foi criado a partir da vontade da comunidade. Foi criado para dar novas oportunidades aos diferentes membros da colectividade, a partir do trabalho coletivo. Caracteriza-se pela procura dum caminho comum, trilhado por todos com a consciência do grupo acerca das suas necessidades e dos modos de resolução dos problemas.

O objectivo do projeto passa por facilitar as condições para os membros da comunidade terem consciência dos conhecimentos e das técnicas necessárias para se organizarem e atingirem os seus objectivos. Procura-se, através dos procedimentos de criação inclusiva, evitar a oferta de soluções exteriores, privilegiando o reconhecimento a partir de dentro dos elementos da comunidade.

Na construção da realidade africana a árvore representa, simbolicamente, a ligação entre os diferentes planos cosmológicos. O passado e o presente, os antepassados e os vivos. Á roda da árvore junta-se a comunidade para os diferentes momentos sociais. As decisões tomadas no círculo constituem-se, simbolicamente, como forças partilhadas por todos.

A metodologia proposta para a cartografia da memória do grupo, parte do indivíduo que se expressa no círculo, recebendo, como retorno, a voz dos outros sobre si. Esse eco, a ressonância de si construída a partir do outro, vai decantando a relevância que cada um atribui às suas memórias, permitindo fazer emergir o sentido comum das diferentes histórias.

A procura do sentido comum das histórias individuais, a reconstrução do sentido e das partilhas constituirá o segundo momento da metodologia, construindo uma proposta de ação. A construção da ação, efetuada em função dos problemas da comunidade, resulta das escolhas orientadas dos diferentes membros do grupo.



A construção da proposta de ação parte da procura de soluções para problemas comuns. Através da ação coletiva procura-se criar um compromisso na busca das soluções e a partilha dos seus resultados.

O programa de trabalhos articula-se em 4 tempos, os quais serão variáveis em função das dinâmicas de grupo, prevendo-se que o trabalho no terreno possa ter uma duração de 1 a 4 semanas. O programa deverá ser implementado criando um grupo de interessados: o círculo das memórias - a quem é explicado o que se pretende e proposta a sua participação. O convite aos membros individuais será efetuado em conjunto com as autoridades tradicionais. O trabalho com os grupos será efetuado por dois facilitadores.

O primeiro tempo é dedicado ao trabalho de reconhecimento mútuo. Serão efetuadas as apresentações. Serão escolhidos os locais e os temas de trabalho. A narrativa da história de vida será o ponto de partida. Cada história individual é apresentada e discutida em grupo, recorrendo-se a diferentes técnicas de animação, envolvendo a narração e a evocação.

O segundo tempo partirá das cartografias dos diferentes membros. Cada um será convidado a criar e a apresentar uma história significativa. A representação poderá ser orientada para a produção de artefactos ou para a performatividade. O objetivo desse tempo é aprofundar o conhecimento mútuo de forma a partilhar os valores reconhecidos.

No terceiro tempo, é iniciada a formação dos diferentes grupos, orientadas por problemas a resolver. O objetivo é identificar de forma clara o problema e as suas soluções. Na formação dos grupos são negociadas as regras e os tempos. Cada um dos grupos deverá trabalhar de modo organizado, de forma a canalizar o esforço coletivo para um objetivo comum.

O quarto e derradeiro tempo é dedicado à externalização da solução. Ele poderá ter uma forma variada, de acordo com a tipologia dos problemas. Procurar-se-á testar as soluções encontradas e implementar soluções inovadoras.

O objectivo geral da investigação é criar condições para aplicar uma metodologia de trabalho na comunidade que permita facilitar o desenvolvimento de processos de criação de renda mobilizando o uso dos recursos locais disponíveis no território através da ativação da memória da comunidade em processo de economia solidária.

É um trabalho que é dirigido sobretudo aos grupos dos mais velhos, aqueles que detêm a memória do grupo. A partir da memória da comunidade deverão ser produzidos objetos com história. A criação destes objetos com história constituirão os elementos diferenciadores da marca Djabula e permitirão acrescentar valor ao produto.

Os resultados e a sua disseminação

Em 2014 iniciamos a disseminação dos resultados da metodologia trabalhada e aplicamos através da proposta de actividades de extensão universitária “o CES vai às escolas”⁶ Nela propusemos a cada grupo que com o olhar sobre o sul, e a partir do que cada grupo pensa sobre o sul propomos um momento de reconhecimento da diferença.

O reconhecimento da diferença é um pretexto para trabalhar sobre os diferentes processos que estão presentes no grupo. Cada elemento do grupo é convidado a

⁶ <http://www.ces.uc.pt/extensao/cesvaiaescola/>

reconhecer a diferença como um exercício de reconhecimento de si e do seu papel no grupo. Procura-se que no final do trabalho o grupo se reconheça como um conjunto de atores com capacidade de acção e transformação, com capacidade de reconhecimento e resolução dos seus conflitos.

A oficina realizou-se em diferentes lugares e pode aplicar-se a qualquer nível de ensino em tempos variáveis consoantes as necessidades. A capacidade de ajustamento da atividade ao tempo, ao espaço e ao grupo mostram que a metodologia do sociodrama é particularmente adequada à dinamização de atividade em grupo com o propósito de criar consciência e ação social. Nesse sentido funciona como um micro laboratório onde cada um testa a ou as formas como se reconhece e se adapta ao mundo, como interage com os outros com base no reconhecimento das diferenças.

A oficina mostra que pode contribuir para a difusão da cultura local em simultâneo com os conteúdos educacionais mais globais nos lugares onde se inserem. Permite convocar as percepções do mundo para desenvolver a compreensão dos fenómenos do presente e contribuir para desenvolver a ideia da justiça, da liberdade e da paz. Ajuda a entender formas de resolução de conflitos, a aprofundar os processos de criação de compromissos com base na solidariedade intelectual e moral da humanidade. Favorece a igualdade de oportunidades e a inclusão social, contribui para a educação ao longo da vida, e constitui um processo relevante na procura da verdade a partir da criação de lugares de encontro para troca de ideias e conhecimentos.

Sessões

Matutuíne, Maputo maio 2014



Maputo – Museu de História natural – Maio 2014



Peniche – Novembro 2014



Caldas da Rainha – Dezembro 2014



Lisboa- Museu da Cidade – Fevereiro 2015



Lisboa Março 2015



Lisboa – Jardim Infantil Pestalozzi Abril 2015



Coimbra – Abril 2015



Porto Alegre – Brasil



Bibliografia

Escobar, A., s.d. Post-development as concept and social practice. In: A. Ziai, ed. Exploring Post-development - Theory and practice, problems and perspectives. s.l.:s.n., pp. 18-33.

Diniz, M. A. Bandeira, Salomão e Martins. E. (2012), Flora e Vegetação da Província de Maputo: Sua Apropriação pelas Populações, in Atas do Congresso Internacional “Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência”, 12 p

Hespanha, P. & Santos, A., 2011. Economia Solidária: questões Teóricas e Epistemológicas. Porto: Afrontamento.

Hountondji, Paulin J. (2009). “Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos” in SANTOS & MENESES, Epistemologias do Sul: Série Conhecimento e Instituições, Coimbra, Almedina, pp 119-131

Nations, U., 2013. The Millennium Development Goals Report 2013, New York: Unites Nations.

Ricoeur, Paul, (2006). A memória, a história e o esquecimento, Campinas, Editora UNICAMO, 535 páginas.

Rist, G., 2002. El Desarrollo: historia de una creencia occidental. Madrid: Los Libros de Catarata.

Santos, Boaventura de Sousa (2000). A crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiencia, Porto, Edições Afrontamento, 374 páginas

Santos, Boaventura de Sousa (2006). A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política Porto, Edições Afrontamento, 464 páginas.

Santos, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula, org. (2009). Epistemologias do Sul: Série Conhecimento e Instituições, Coimbra, Almedina, 532 páginas.

United Nations Development Programme, 2013. Human Development - The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World, s.l.: s.n.

Ziai, A., s.d. Development discourse and critics: an introduction to post-development. In Exploring Post-development - Theory and practice, problems and perspectives. s.l.:s.n., pp. 3-17.